

OS REFUGIADOS VENEZUELANOS E UMA AVALIAÇÃO DO ACOLHIMENTO BRASILEIRO

Maria Eduarda Fernandes Torres¹

Maria Eduarda Martins Natal dos Santos²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo fazer um estudo expositivo acerca da resposta brasileira à crise de migração venezuelana e apresentar uma análise do acolhimento brasileiro. A metodologia aplicada foi uma combinação de pesquisas bibliográficas e de entrevistas com três venezuelanos e com o ex-representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) no Brasil, José Egas³.

Palavras-chaves: Refugiados, venezuelanos, Brasil, Operação Acolhida.

INTRODUÇÃO

A crise de refugiados venezuelanos para o Brasil começou no final de 2015. Conforme José Egas, de 2015 para 2021 aproximadamente 5 milhões de venezuelanos saíram de seu país e foram para outros países vizinhos ou continentes. Alguns exemplos são: Colômbia de 1,5 a 2 milhões, Chile e Peru 320 mil a 1 milhão. De 2015 a 2020, cerca de 600.000 venezuelanos chegaram ao país. E atualmente, há 438.252 refugiados venezuelanos no Brasil⁴ (SISMIGRA, 2023 *apud* R4V, 2023).

José Egas relata que 55% deles solicitaram asilo, sendo que uma parte já foi reconhecida, e outros 45 % pediram residência temporária humanitária. No último século, observa-se uma enorme intensificação do fluxo de pessoas pelas fronteiras dos países, além da consolidação do número de mais de 80 mil pessoas forçadas a se mudar, essa situação influencia as nações do mundo a encontrarem soluções cooperativas para este fenômeno migratório. Nesse contexto, apátridas, refugiados e migrantes são termos bastante mencionados que, ao serem confundidos, acarretam sérios problemas para as populações mencionadas. Dito isso, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) conceitua que apátridas:

São pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. A apátridia ocorre por várias razões, como; discriminação contra minorias na legislação nacional, falha em reconhecer a todos os residentes do país como cidadãos enquanto este país se torna independente (secessão de Estados), e, conflitos de leis entre países (ACNUR, sem data).

Além disso, considera que pessoas refugiadas são aquelas que estão fora do seu país de origem para escapar de conflitos armados ou perseguições relacionadas a questões de raça, religião, políticas, entre outras. Os refugiados gozam da proteção do direito internacional, visto que é extremamente perigoso para eles retornarem aos seus Estados e também necessitam de refúgio em algum outro lugar. No tocante aos migrantes, a ACNUR declara que são indivíduos que optaram por se deslocar para melhorar suas vidas em busca de trabalho, estudo, reuniões familiares ou outras razões. Os países tratam os migrantes de acordo com sua própria legislação e procedimentos em matéria de imigração, enquanto tratam os refugiados aplicando normas sobre refúgio e a proteção dos refugiados – definidas tanto em leis nacionais como no direito internacional (ACNUR, 2022).

O presente trabalho tem como intenção apresentar uma análise do acolhimento dos refugiados venezuelanos no Brasil. Outra intenção do artigo é conscientizar a situação dos refugiados venezuelanos para a população brasileira. José Egas disse:

Precisamos fazer com que as pessoas entendam que receber um refugiado não é uma carga para o país, é parte dos compromissos internacionais, é parte de um processo de algum momento no passado (Egas, 2021).

A metodologia do trabalho consiste em pesquisas bibliográficas como artigos, dissertações, livros, sites que foram usados ao longo de todo o desenvolvimento e conclusão deste artigo. Também foram utilizadas entrevistas, realizadas pelas autoras, com três refugiados venezuelanos. Por questões de ética, os entrevistados serão enumerados da seguinte forma: primeira entrevistada, segundo entrevistado, terceiro entrevistado. Também foi entrevistado o ex-representante do ACNUR no Brasil, José Egas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Venezuela se localiza acima da maior reserva provada de petróleo do mundo, o que a fez ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo quase resolvendo um dos problemas mais profundos: a dependência dos preços do petróleo no mercado mundial entre os anos de 1950 e 1980. Devido ao aumento da riqueza, o país chegou a ser o 4º maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita nos anos 50, sendo um dos países mais ricos da América Latina.

Após a Primeira Guerra Mundial, sucessivos governos venezuelanos optaram por focar no petróleo e deixaram de investir no desenvolvimento de outros setores do Estado, o que enfraqueceu a estabilidade econômica posteriormente. Na década de 70, quando aconteceu as Crises do Petróleo, o país beneficiou-se do aumento do preço do barril, por conta da diminuição da oferta dessa commodity, gerando prosperidade para o país. Entretanto, sendo posteriormente não tão afortunados, sendo notórios os episódios de declínio dos preços dos barris e o movimento *Caracazo* com a insatisfação popular que deram amparo para um ensaio de golpe com a presença de Hugo Chávez.

A crise da Venezuela é resultado de sucessivos eventos que terminam na maior recessão da sua história, com uma hiperinflação, estimada pelo Fundo Monetário em 720% para o corrente ano e 2.200% em 2017, acompanhada do extremo aumento no índice de pobreza da população em cerca de 87% e da grande instabilidade política no

governo. Em menos de 70 anos, sua economia entrou em declínio. Vale ressaltar que, durante décadas, a política econômica voltada para a exportação de petróleo obteve sucesso, sobretudo nos anos em que o preço do barril estava em alta. O governo de Chávez desfrutou da massiva entrada de dólares no país para promover a importação de todos os bens que eram consumidos internamente, financiando programas de cunho social, despreocupando-se com o desenvolvimento agrícola e industrial.

Em 2013, a Venezuela passou a enfrentar uma crise política e um aumento da oposição internacional. Assim, a rivalidade com os EUA se fortaleceu e começou a aplicar fortes sanções econômicas à Venezuela. Com a eleição de Donald Trump, as sanções ganharam ainda mais força, já que foram impostos bloqueios de medicamentos e alimentos. Em meados de 2014, os preços dos barris começaram a cair gradualmente durante o governo de Nicolás Maduro, fazendo a Venezuela investir mais nas importações. É notório que o bloqueio econômico realizado pelos americanos é um fator fundamental na crise humanitária que atinge a população. Com isso, a produção venezuelana desacelerou por causa da Petróleo da Venezuela S.A (PDVSA), empresa estatal de petróleos do Estado, que sofria com infraestrutura precária, consequências da já mencionada falta de investimentos no setor industrial e dos escândalos de corrupção.

O desabastecimento teve como suporte a dependência dos produtos importados, adicionando o decréscimo das exportações, e, assim, começou a carência de produtos essenciais nos mercados. Dessa forma, adquiriu dívidas públicas com um gasto significativo. Como resultado, injetaram mais dinheiro no mercado para 'cobrir' os desvios das contas públicas, mas a oferta da moeda foi maior que a demanda, resultando na sua desvalorização, na alta inflação e no aumento exacerbado dos preços. O governo criou uma política cambial, com o intuito de estabilizar a moeda - bolívar - para controlar a compra de dólares pela população - obrigou os comerciantes a venderem seus produtos abaixo do custo para controlar a inflação - o que levou vários estabelecimentos à falência em 2016. Nesse contexto, uma crise econômica e política forte na Venezuela continua entre os chavistas e os opositores do governo que são marcados pela presença das forças armadas.

No ano de 2017, a República Bolivariana da Venezuela foi suspensa do Mercosul pela Cláusula Democrática, após a instalação de uma Assembleia Constituinte, em 2015, composta apenas por aliados de Maduro. Nesse mesmo ano, a crise imigratória de venezuelanos agravou-se, chegando a milhões espalhados pelo continente americano.

Segundo o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), acerca disso:

Com o agravamento da crise econômica e social na Venezuela, o fluxo de cidadãos venezuelanos para o Brasil cresceu maciçamente nos últimos anos. Entre 2015 e maio de 2019, o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária. A maioria dos migrantes entra no país pela fronteira norte do Brasil, no Estado de Roraima, e se concentra nos municípios de Pacaraima e Boa Vista, capital do Estado (UNICEF, 2022).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) também diz: “A *crise venezuelana não poderia ser abordada de forma isolada por cada um dos governos de países receptores de imigrantes venezuelanos*” (IPEA, 2021). Por mais que a situação de emergência ocorra na Venezuela, ela abrange todos os países que acolheram refugiados venezuelanos. Segundo o ex-representante do ACNUR no Brasil, José Egas :

No início, falava-se de milhares de dezenas de pessoas, e nesse momento desde o início da emergência falamos de quase cerca de 5 milhões de venezuelanos que saíram do seu país para outros países da região e também para outras regiões do continente e outros continentes (Egas, 2021).

HISTÓRICO BRASILEIRO

O ‘refugiado’ existe desde as construções das civilizações, contudo levou um longo período até chegar à definição atual. A convenção de 1951 se limitava a dizer que refugiados eram os europeus em um período específico de pós-segunda guerra mundial, assim está escrito:

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951, art. 1, §1 letra C).

Essa definição é ampliada com o Protocolo de 1967, que não limita somente como ‘europeus’, contudo, também cria algumas exigências, tais como; isentar refugiados de reciprocidade (o fato de recebê-los porque o outro país recebe os meus nacionais), respeitar o estatuto do refugiado e os direitos que vem com ele, fornecer acesso gratuito a eles para os tribunais etc.

Com esse protocolo se cria o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e se institui a cooperação obrigatória dos membros com essa instituição. Entretanto, o conceito atual de refugiados é proposto na Declaração de 1984, chamada também de *Cartagena*. Nela se inclui a proteção internacional aos refugiados e asilados. Fortalece a participação do ACNUR que, de acordo com a Declaração de Cartagena de 1984; (1984, art. II, letra 'f') “*Que toda a repatriação de refugiados seja de caráter voluntário, manifestado individualmente e com a colaboração do ACNUR*”, já o art. II letra h sugere uma melhor qualidade de estadia desses refugiados no país que os acolhe; (1984, art. II; f) “*Fortalecer os programas de proteção e assistência aos refugiados, sobretudo nos aspectos de saúde, educação, trabalho e segurança*”. Também destaca:

Reiterar a importância e a significação do princípio de non-refoulement (incluindo a proibição da rejeição nas fronteiras) (...) este princípio imperativo respeitante aos refugiados, deve reconhecer-se e respeitar-se no estado atual do direito internacional, como um princípio de jus cogens (Declaração de Cartagena, 1984, art. II; f).

O refugiado é agora um *sujeito de direitos* e se tornou um tema de *instituição jurídica*, ou seja, algo tão importante para a vida da sociedade que não pode ser ignorada. O Brasil teve uma história sombria em relação aos imigrantes e quando começou a recebê-los para substituir a mão de obra escrava, a introdução deles na sociedade não foi feita por esforço do governo, mas por uma consequência do tempo. O Brasil, na ditadura militar de 64, criou o *Estatuto do Estrangeiro* que colocou muitos obstáculos para receber os imigrantes por causa da ‘*proteção aos trabalhadores nacionais e por questões de segurança nacional*’. Destaca-se que estrangeiro possui um sentido de ‘alienígena’, o qual não pode ser inserido na sociedade (Schawn, 2021).

A OPERAÇÃO ACOLHIDA E O ACNUR

A cidade de Pacaraima, localizada em Roraima, é a porta de entrada dos refugiados para o Brasil, por ser na fronteira da cidade venezuelana Santa Elena de Uairén. De acordo com o ACNUR, até agosto de 2020, mais de 260 mil refugiados, como solicitantes de asilo e migrantes, já estavam no território brasileiro. Entretanto, segundo a notícia do *El País* de 18 de fevereiro de 2018, a prefeitura de Boa Vista registrou a entrada de cerca de 40.000 venezuelanos, o que representa 10% da população local. Conforme a matéria, essa imigração se intensificou depois que a Colômbia impôs fortes entraves para a entrada dos refugiados. Em 28 de fevereiro de 2018, o governo brasileiro, para conseguir

responder à crise de intensa imigração de venezuelanos ao estado de Roraima, criou a Força-Tarefa Logística Humanitária chamada de Operação Acolhida, através de uma Garantia da Lei e Ordem (GLO) dada pelo Presidente da República e que permite às Forças Armadas garantir a estabelecer a ordem, a integridade da população e o funcionamento das instituições. Essa força tarefa é presidida pelo Ministério da Casa Civil. Mas, outros órgãos, organizações e entidades cooperam com a Operação Acolhida, especialmente as Forças Armadas, pois é uma operação encabeçada pelos militares. Conforme a tabela baseada nos dados do Ministério da Defesa (2020), elaborada por Silva (2020, p. 131) em sua dissertação, alguns órgãos do governo, organizações internacionais e organizações não-governamentais (ONGs), etc colaboram com a operação. Ela está baseada em um tripé chamado de pilares: 1. O ordenamento da fronteira, 2. O acolhimento e 3. A interiorização.

O ORDENAMENTO DA FRONTEIRA

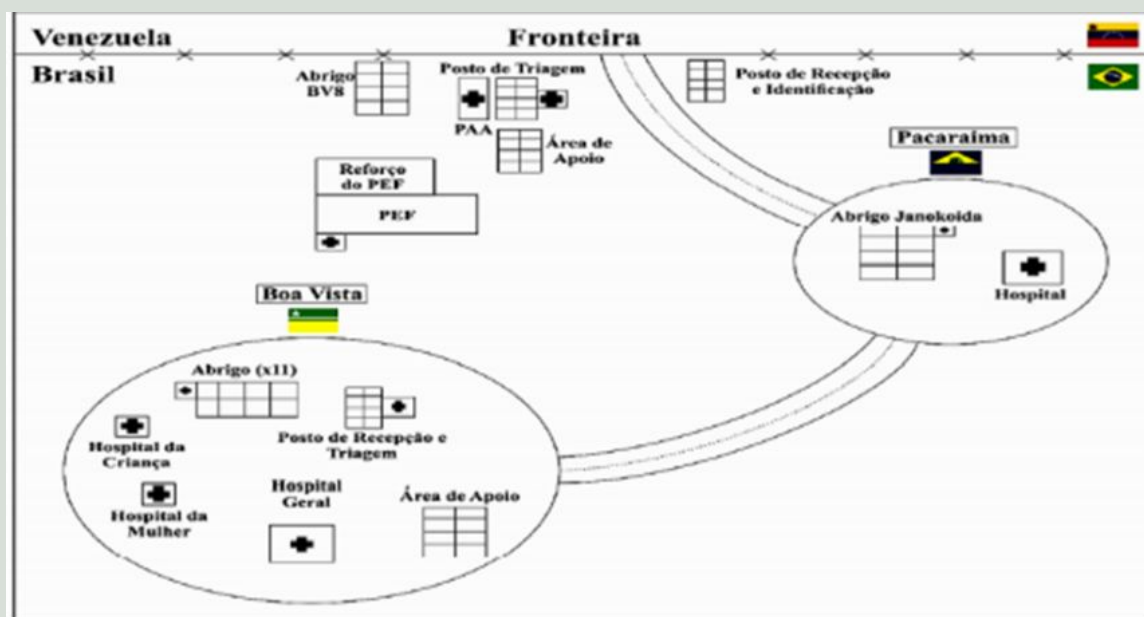
Conforme o autor Marcos Ommati na revista militar *Diálogo* (2021), o primeiro pilar organiza o fluxo migratório desde o momento em que chegam na fronteira. Eles são acolhidos e identificados pelo posto Posto de Recepção e Identificação (PRI) com capacidade de atender 1.500 pessoas por dia, segundo o entrevistado da matéria, o Tenente-Coronel do EB Arcílio de Holanda Negreiros. Depois são encaminhados ao controle migratório sobre a responsabilidade da Polícia Federal. Aqueles que aspiram se estabelecer no Brasil são encaminhados aos representantes do ACNUR para preencher um cadastro e receber documentação de imigração, ou seja, cadastro de pessoas físicas e carteira de trabalho provisória e depois eles são vacinados conforme o Ministério da Saúde exige. Entretanto, existem alguns venezuelanos que entram no Brasil, mas não pretendem morar no país. Muitos deles vieram visitar parentes ou comprar alimentos para depois voltar à Venezuela, que são os chamados de *pendentes*.

O ACOLHIMENTO

Depois eles são direcionados para os abrigos. Existem 13 abrigos em Roraima. Dois no município de Pacaraima e onze em Boa Vista. Os abrigos são separados por: estado civil (casado com filhos e sem filhos/ solteiros), atração sexual (LGBTIs/ Héteros) e indígenas (quatro em Boa Vista e um em Roraima). Ficam disponíveis também médicos,

kits de emergência, kits de limpeza, três refeições diárias e telefonemas para conectar seus familiares. A seguir a imagem sobre os abrigos:

Figura 1: Planejamento dos abrigos



Fonte: Força Tarefa Logística Humanitária em Roraima (2018)

Em relação aos refugiados homossexuais, o *Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)* é uma organização específica que dialoga com a população LGBTQIA+ para que se sinta mais acolhida. É importante destacar que o grupo mais vulnerável são os indígenas venezuelanos. José Egas relatou que chegaram aproximadamente de 6 mil indígenas de 5 etnias diferentes, com destaque aos Warao⁵ (um povo nômade). Eles possuem necessidades diferentes dos outros refugiados e sua assistência é mais complexa de atender.

Ademais, o relatório do ACNUR demonstrou que o Sistema único de Saúde (SUS) proporciona atendimento aos refugiados, entretanto, dada a capacidade local, 68% dos refugiados e imigrantes declararam que não tiveram acesso aos serviços de saúde durante 2019. Em relação à alimentação, no final de 2018, 33% das pessoas em situação de rua em Boa Vista e Pacaraima e outros municípios de Roraima, careciam de alimentos. As 20.000 marmitas distribuídas pelo governo não foram suficientes para satisfazer a demanda. Quanto à educação de meninos e adolescentes, uma quantidade significativa estavam matriculados em escolas, mas esses enfrentam barreiras para acessar o sistema educacional pela falta de informação sobre seus direitos e a capacidade do setor público educacional de observá-los (ACNUR, 2020).

INTERIORIZAÇÃO

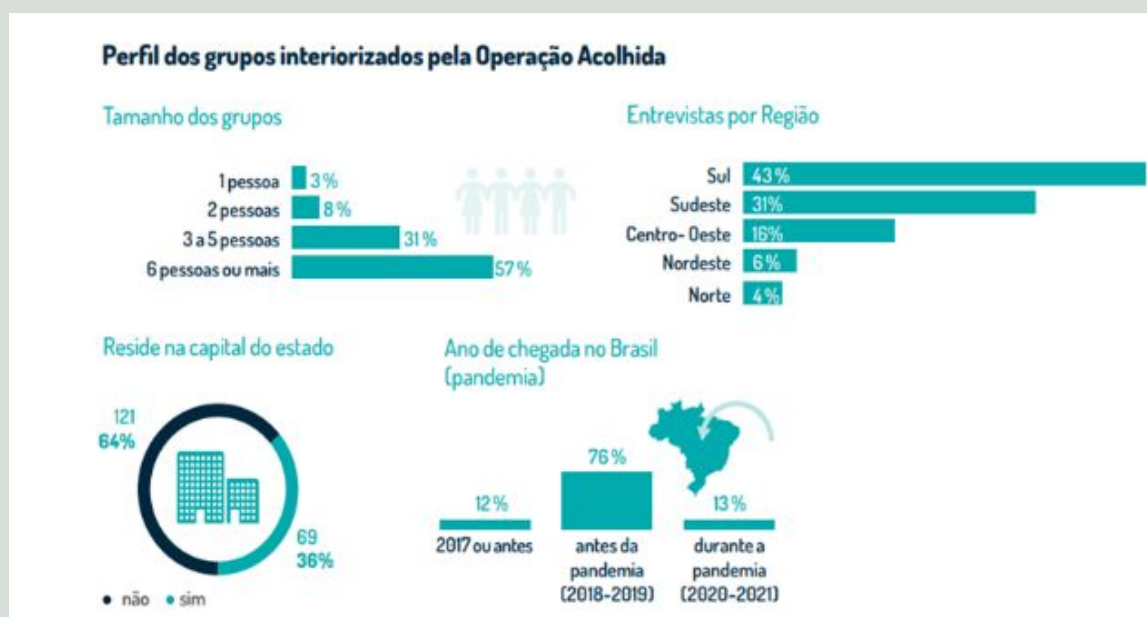
O ACNUR mostra que 77% dos venezuelanos que estão nesse estado desejam se mudar para outros lugares e, felizmente, 50 mil venezuelanos, em abril de 2021, foram agraciados pela estratégia de interiorização. Conforme Silva (2021), há cinco modalidades de interiorização: a) Abrigo ao Abrigo b) Reunificação Familiar c) Oferta de Emprego Sinalizada, d) Sociedade Civil e) Reunião Social.

- a) Transferência voluntária de um abrigo para outro a encargo do ACNUR.
- b) Ao ter uma moradia própria e emprego fixo, é apoiado pela OIM (o que é isso) para o deslocamento de sua família.
- c) Deslocamento voluntário para outros municípios e estados, supervisionados pelo Exército e outras organizações.
- d) Organizações e entidades propiciam a interiorização de alguns venezuelanos. Também supervisionada pelo Exército.
- e) Ao participarem da interiorização, pedem que alguém com vínculo afetivo seja transferido para onde moram. Conforme o ACNUR é a modalidade mais comum, com 36% dos casos.

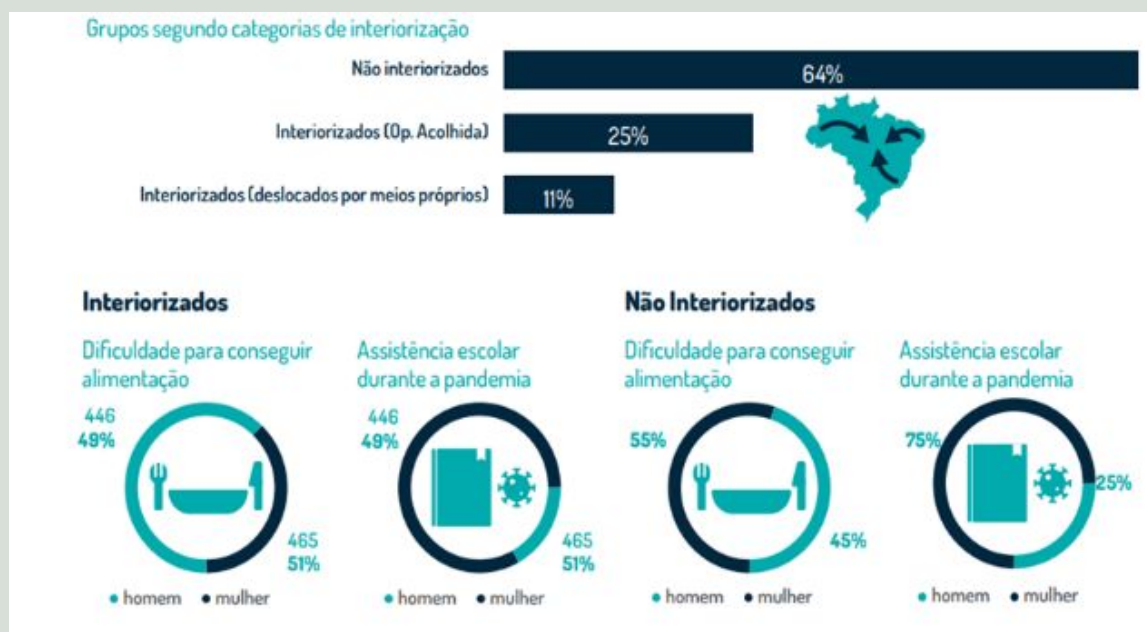
Para aqueles que querem trabalhar, o *Sistema Guardião da Operação Acolhida* recolhe seus dados, documentação, nível de instrução e qualificação pessoal. Quando há oferta de trabalho, participam de uma seleção. É explicado com antecedência sobre a cidade, e os venezuelanos assinam o termo de voluntariedade com a OIM, depois fazem exames de saúde, regularizam os documentos e são transferidos para a região onde existe trabalho disponível. Conforme Silva (SILVA, 2018 *apud* SILVA, 2020, p.134), várias organizações e outros atores participam dessa etapa. Eles regulam seus documentos e acompanham o seu deslocamento. Já a modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (VES), do ACNUR, assegura, por um tempo, o apoio social àqueles que estão se adaptando ao emprego e à cidade. Conforme o painel de interiorização da plataforma R4V, 4.582 refugiados e migrantes foram interiorizados através do VES desde o início da operação (RMRP 2021). O relatório *Joint Needs Assessment* (JNA) 2022, disponibilizado na plataforma R4V, analisou em 3 categorias os refugiados: a. Interiorizado (Operação Acolhida), b. Não-Interiorizado etc. Deslocado por meio próprio. São os refugiados que foram interiorizados pela Operação Acolhida 'a', são os que não passaram pela Operação

Acolhida e se encontram nas entradas das fronteiras 'b', e, são os que estão em outros estados, mas financiaram eles mesmos sua locomoção 'c'.

Figura 2 e 3: Perfil dos interiorizados pela Operação Acolhida



Fonte: JNA 2022



Fonte: JNA 2022

As entrevistas realizadas, em 2021, para o presente artigo mostram que: o primeiro entrevistado afirmou que passou pela Operação Acolhida, morou por um ano nos abrigos em Pacaraima e está há mais de dois anos no Brasil. Teve oportunidade de trabalhar na área em que era formado, enfermagem, ajudando no tratamento de outros refugiados venezuelanos. Morou em São Paulo com sua família, mas por ganharem pouco e se mudaram para trabalhar numa igreja em Taguatinga, DF.

O segundo entrevistado estava no Brasil há mais ou menos 6 meses e relatou que morou por 2 meses nas ruas em Boa Vista até ser acolhido por outra refugiada venezuelana. Confirmou que teve dificuldades para achar emprego em Boa Vista, mas, no DF, facilmente achou emprego em sua área de atuação profissional. Já o terceiro entrevistado disse que não passou pela Operação Acolhida e demonstrou não conhecer sobre a operação. Foi acolhido por um amigo venezuelano que encontrou, por acaso, em Boa Vista. Relata que ao chegar no DF não teve dificuldades de encontrar um emprego, apesar de não ser na sua área de atuação. Ele confirmou que a quantidade de venezuelanos que chegam em Roraima é significativa, portanto, esse é o provável motivo de não ter sido acolhido pela a operação. Em relação a empregabilidade, dos entrevistados pela pesquisa feita pelo relatório JNA 2022, 26% estão desempregados e 36% não estão procurando emprego. Esses últimos alegam que, ao procurar emprego, não são aceitos por serem jovens demais, velhas demais ou por terem responsabilidades domésticas que os impedem. Os desempregados estão na faixa etária de 14-29 anos ou acima de 50 anos e, independente do nível de escolaridade, o desemprego é 70% (ACNUR, 2022, p. 27-29). Conforme pode-se ver no gráfico abaixo:

Figura 4: Desempregado/a e não procurando emprego - principal motivo



Fonte: JNA (2022) Disponível em:

O ACNUR também divulgou que, em 2018, o primeiro grupo a ser internacionalizado era um grupo de 104 pessoas que foram levadas para Cuiabá e à capital de São Paulo. Esses foram os primeiros lugares a receber refugiados venezuelanos da operação. Atualmente, mais de 600 cidades participam. Também o ACNUR lançou uma plataforma, em parceria com 13 agências da ONU e 27 organizações da sociedade civil, chamada Plataforma R4V. O objetivo é elaborar um plano anual de resposta harmonizada para o atendimento de refugiados e migrantes com os governos locais. O ACNUR considera a interiorização uma das etapas mais importantes e dedica

um setor exclusivo para isso, capacitando estados e municípios para receber esses refugiados. Existem outros setores, promovidos por esta organização, tais como: Abrigamento, Educação, Proteção, Saúde, WASH (Água, Saneamento e Higiene) e Nutrição. Promovem sessões informativas com o Programa Empoderando Refugiados e outros cursos. Esses treinamentos são realizados no Abrigo Rondon 2 (abrigo de interiorização) onde prepara os venezuelanos para sua jornada. Há igualmente o Centro de Capacitação e Referência de Pacaraima que oferece cursos voltados à capacitação profissional, atividades como cursos de português (também oferecidos em abrigos). Também há casas de passagem para acolher temporariamente aqueles que estão sendo interiorizados e esperam o dia da viagem. Um exemplo é o Alojamento de Trânsito de Manaus (ATM) que recebeu mais de 10 mil pessoas. Desde 2019, foram oferecidos 6,2 milhões de reais em auxílio financiamento Cash Based Intervention (CBI).

Em 2020, esse projeto apoiou 50 abrigos em todo o país. Ademais, casos de refugiados vulneráveis se tornaram significativos, portanto, foi criada a Casa Acolhida do Imigrante Jardim Paraíso em Nova Iguaçu (RJ) com capacidade de abrigar 25 pessoas que podem permanecer 6 meses, que podem se estender por mais 6 meses. Em relação à interiorização de idosos, o ACNUR, junto com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu e com apoio da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e outros grupos, realizou, em dezembro de 2020, a primeira interiorização de 18 refugiados e migrantes idosos que esperavam há dois anos para serem realocados. Eles foram abrigados em Nova Iguaçu (RJ).

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E DIFICULDADES

Segundo Simões (2017, p. 32), a porcentagem de desempregados em 2017 era alta - 35,4% dos imigrantes venezuelanos estavam desempregados, 35% eram homens e 36,1% eram mulheres. Os indivíduos autônomos eram 31,7%, e desta porcentagem, 33,3% eram homens e 29 % mulheres. Enquanto somente 28,4 % estavam empregados, e deste número, 28,9 % eram homens e 27,4%, mulheres. O plano da Plataforma R4V para 2020 assinala que, nesse ano, 60% dos refugiados e imigrantes estavam desempregados em Roraima e 33% trabalhando informalmente, enquanto 6% estavam empregados formalmente. Conforme o relatório, o governo brasileiro concedeu, em 2018, 37.224 permissões de trabalhos especiais. Foram entrevistados, para o atual artigo, três refugiados venezuelanos. A primeira entrevistada está há mais de dois anos no Brasil, o

segundo entrevistado veio para o Brasil em abril de 2018 e o terceiro entrevistado está no Brasil há mais ou menos 6 meses.

Ademais, o RMRP 2020 demonstrou que o SUS proporciona atendimento aos refugiados, entretanto, dada a capacidade local, 68% dos refugiados e imigrantes declararam que não tiveram acesso aos serviços de saúde durante 2019. Em relação à alimentação, no RMRP de 2022, observa-se que a inflação dos preços dos alimentos vêm subindo no Brasil desde 2020 e isso atinge principalmente os refugiados venezuelanos. Esse aumento no preços atinge principalmente as famílias monoparentais liderados pelas mulheres⁶. Na pesquisa, mostra que 70% das famílias monoparentais femininas são atingidas por isso e, depois delas, os mais atingidos são os venezuelanos indígenas, principalmente os Waraos (ACNUR, 2023, p. 46). Já no RMRP 2021 mostra que, em 2021, houve 145 mil pessoas necessitadas em relação à alimentação, destes, 29% são mulheres, 16% são crianças e 37% são homens. Assinala, também, que 32,6 % da população total dos refugiados venezuelanos precisam de cuidados médicos. 64% possuíam doenças crônicas, tais como diabetes e hipertensão. Estimava-se que mais de 47,300 mulheres em idade de reprodução precisavam de serviços que cuidassem da saúde sexual e reprodutiva e, por conta da pandemia de COVID-19, o acesso e a disponibilidade para esses serviços sanitários foram afetados em vários níveis. Ainda relata que houve um crescimento de vulnerabilidade de 2018 até 2020 das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanos (Brasil, 2022, p. 74-78).

Quanto à educação de crianças e adolescentes, no RMRP 2020 dizia que, em 2020, uma quantidade significativa estava matriculada em escolas, mas eles enfrentam barreiras para acessar o sistema educacional formal devido à falta de informação sobre seus direitos e a capacidade do setor público educacional de resguardá-los (ACNUR, 2021, p.51-54). E isso continua sendo um dos maiores problemas conforme o RMRP 2022. Segundo ele, 22% das crianças e adolescentes não frequentam a escola durante a pandemia de COVID-19, o que se tornou uma barreira extra, pelo atraso no ensino. Outra barreira interessante de pontuar é a dificuldade dos pais solos (famílias monoparentais), principalmente as mulheres, de levar seus filhos à escola. Com relação aos adultos, a pesquisa mostra que somente 39% dos refugiados e imigrantes venezuelanos completaram o secundário. Além dessa barreira de estudos, existe um grupo mais vulnerável que exige muita atenção, os indígenas (ACNUR, 2022, p.45).

CONCLUSÃO

A Venezuela está suspensa desde 2017 porque foi considerada, pelo Mercosul, um país com uma política anti-democrática. Atualmente, o R4V mostra que em janeiro de 2023 foram reconhecidos 53.307 refugiados venezuelanos (Conare, 2023 *apud* R4V, 2023). Conforme o PRMRP 2020 (BRASIL, 2021, p. 46), desde 2017, mais de 454.800 refugiados chegaram ao Brasil. O Brasil, há um tempo, observava a crise imigratória e, em 2018, com a entrada exacerbada de venezuelanos em seu território, o país se comprometeu a receber estes refugiados efetivamente. Criou a Operação Acolhida em cooperação com ONGs, entidades e órgãos internacionais para dar uma condição de vida digna a esses refugiados. O PRMRP 2020 (Brasil, 2021, p. 46) também declara que 14.643 refugiados e imigrantes foram atendidos pelos esquemas de interiorização em 2021 e o R4V assume que há, atualmente no Brasil, 438.252⁸ refugiados venezuelanos.

O presente trabalho apresenta a seguinte questão: Como o Brasil recebe os refugiados venezuelanos? Quando perguntados, os entrevistados disseram que, apesar das dificuldades que passaram, tais como; de aprender a língua portuguesa, adaptação de moradia etc., nenhum deles tiveram reclamações sobre o Brasil, ainda. José Egas, o ex-representante do ACNUR no Brasil, entrevistado para o atual artigo, disse:

O Brasil é um modelo da resposta da situação da Venezuela desde o início, estabelecendo um sistema de coordenação interministerial com participação das Nações Unidas, da sociedade civil, da academia e da sociedade em geral. Identificando pilares/prioridades em relação a resposta, e, não somente na identificação, mas no estabelecimento dessas prioridades através dos pilares da Operação Acolhida que seriam: documentação, assistência humanitária e integração socioeconômica(...) (Egas, 2021).

Portanto conclui-se que é necessário melhorar o acolhimento e a inserção dos refugiados, já que, apesar de o Brasil proporcionar a oportunidade para que eles consigam viver adequadamente e reiniciar uma vida digna, muitos refugiados ainda estão em estado de vulnerabilidade. Notou-se, também, uma dificuldade em entrar em contato com as Forças Armadas para falar do assunto e percebe-se um excesso de propaganda sobre a Operação Acolhida, o que dificultou a análise do presente trabalho. Contudo, assim como é proposto pelos artigos 3º, 5º, 15º, 16º, 19º, 22º, 23º e 25º da Declaração dos Direitos Humanos, que propõem que todos os indivíduos têm direito a vida, a liberdade e segurança pessoal, direito a não sofrer tortura, tratamentos cruéis e desumanos, direito a expressão, segurança social, direito a trabalho e, principalmente,

todos têm o direito de ter uma nacionalidade, além de ter condições para assegurar saúde, proteção e bem-estar a sua família (ONU, 1948), o Brasil vem respondendo positivamente e com conformidade, na medida do possível, os artigos acima.

NOTAS

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.

E-mail: mary25torres@gmail.com

² Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.

E-mail: dudamartinsndossantos@gmail.com.

³ Ele foi representante no Brasil de setembro de 2018 até junho de 2022.

⁴ Dados de até março de 2023.

⁵ Etnia indígena venezolana.

⁶ Entre 20-40 anos.

⁷ Etnia indígena venezolana.

⁸ Dados de até março de 2023.

REFERÊNCIAS

AURELI, Sofia. Conheça a estratégia que já transformou a vida de 50 mil refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil. **ACNUR BRASIL**, 20 abr. 2021. Disponível em: Conheça a estratégia que já transformou a vida de 50 mil refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil – UNHCR ACNUR Brasil. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. Key Figures; Refugiados (as) venezuelanos (as) reconhecidos no Brasil. **R4V**, 04 de jan. 2023. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/brazil>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13. 445, 24 maio 2017. Institui a Lei de Migração. **Presidência da República**, Secretaria Geral subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Operação Acolhida atinge a marca de 100 mil refugiados e migrantes venezuelanos interiorizados em 930 municípios do Brasil. **ACNUR**, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/03/31/operacao-acolhida-atinge-a-marca-de-100-mil-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-interiorizados-em-930-municipios-do-brasil/#:~:text=Bras%C3%ADlia%2C%2030%20de%20mar%C3%A7o%20de,com%20destino%20a%20Curitiba%20FPR>. Acesso em: 24 abr. 2023.

CONVENÇÃO de 1951 relativa ao estatuto dos refugiados. **ONU**, 28 jul. 1951. Disponível em: https://www.pucsp.br/IIseminariocatedrasvm/documentos/convencao_de_1951_relativa_ao_estatuto_dos_refugiados.pdf#:~:text=Adotada%20em%2028%20de%20julho%20de%201951%20pela,da%20ONU%2C%20N%C2%BA%202545%2C%20Vol.%20189%2C%20p.%20137. Acesso em: 15 jun. 2022.

DECLARAÇÃO de Cartagena. **ACNUR**, 22 nov. 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

HERMES, Felipe. De quarto país mais rico do mundo à ruína: as lições da Venezuela. **InfoMoney**, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/felippe-hermes/de-quarto-pais-mais-rico-do-mundo-a-ruina-as-lico-es-da-venezuela/>. Acesso em: 07 jun. 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IMIGRAÇÃO VENEZUELA-RORAIMA: EVOLUÇÃO, IMPACTOS E PERSPECTIVAS. Brasília: **Ipea**, 2021.

MENDONÇA, Heloísa. Com 40.000 venezuelanos em Roraima, Brasil acorda para sua 'crise de refugiados'. **El País**, 18 Feb. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518736071_492585.html. Acesso em: 07 jun. 2021.

NUNES, T. E. Um panorama histórico das relações Brasil-Venezuela. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 2, n. 6, p. Pág. 49–68, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/19386>.

OMMATI, Marcos. Operação Acolhida: a terapia do riso e do abraço. **Revista Militar Digital**, .19 jan. 2021. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt-br/articles/operacao-acolhida-a-terapia-do-riso-e-do-ab-raco/#:~:text=For%C3%A7a-Tarefa%20Log%C3%ADstica%20Humanit%C3%A1ria%20Em%2028%20de%20fevereiro%20de,coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20for%C3%A7a-tarefa%20para%20controlar%20a%20crise>. Acesso em: 05 jun. 2021.

POLITIZE!. **Como começou a crise na Venezuela?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-na-venezuela/>. Acesso em: 07 jun. 2020.

R4V (ACNUR). **RMRP 2020 para refugiados y migrantes de venezuela**, Enero- Diciembre 2020.

R4V (ACNUR). **RMRP 2021 para refugiados y migrantes de venezuela**, Enero- Diciembre 2021.

R4V (ACNUR). **RMRP 2022 plano de resposta a refugiados e migrantes (RMRP 2022)**. Janeiro-Dezembro 2022.

UNICEF. **Crise Migratória Venezuelana no Brasil**.. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 09 jun. 2021.

VAZ, Alcides Costa. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx)**: Análise Estratégica, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 1-7, fev. 2017. Acesso em: 31 jan. 2023.

Informação verbal fornecida por Schawn em aula no curso de Direito Humanos e Migrações Internacionais da ESRI (Escola Superior de Relações Internacionais) em 2021, carga horária de 20 horas.